

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 532.339 - RS (2014/0142521-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**EMBARGANTE** : **CONDOMÍNIO EDIFÍCIO CRUZ DE MALTA**  
**ADVOGADOS** : **CLEDI DE FÁTIMA MANICA MOSCON - RS039794**  
                  **SIMONE MOSCON FERRAZ - RS044326**  
**EMBARGADO** : **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**  
**ADVOGADO** : **ÉDER MAURICIO PEZZI LOPEZ E OUTRO(S) - RS051828**

**DECISÃO**

Trata-se de embargos de declaração opostos pelo **CONDOMÍNIO EDIFÍCIO CRUZ DE MALTA** contra decisão que conheceu do agravo para dar provimento ao recurso especial, a fim de determinar a incidência de correção monetária sobre o débito condominial em execução, desde o vencimento de cada parcela.

O embargante alega que a decisão silenciou em relação aos ônus sucumbenciais. Requer seja suprida a omissão e fixada a sucumbência, em favor do autor, bem como fixada a verba honorária da ação de embargos à execução.

A embargada apresentou impugnação (e-STJ, fls. 643/648).

É o relatório. Decido.

Os embargos de declaração têm como objetivo esclarecer obscuridade, eliminar contradição ou suprimir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o órgão julgador de ofício ou a requerimento das partes, bem como para corrigir erro material (CPC/2015, art. 1.022), sendo inadmissível a sua oposição para rediscutir questões tratadas e devidamente fundamentadas na decisão embargada, já que não são cabíveis para provocar novo julgamento da lide.

Na hipótese dos autos, está justificada a oposição dos declaratórios, uma vez que a decisão agravada, de fato, foi omissa quanto à fixação dos honorários advocatícios em favor dos patronos do embargante, em relação aos embargos à execução.

O provimento do recurso especial para determinar a incidência de correção monetária sobre o débito condominial em execução, desde o vencimento de cada parcela, implica a improcedência dos embargos à execução opostos pela **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**, impondo-se o acolhimento dos embargos de declaração para condenar a CEF ao pagamento das custas processuais e de honorários advocatícios, em favor dos patronos da embargante, fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa

atualizado apontado nos embargos à execução (R\$3.309,26).

Diante do exposto, acolho os embargos declaratórios para que, suprida a omissão quanto à fixação dos honorários advocatícios, condenar a CEF ao pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa atualizado apontado nos embargos à execução, sem prejuízo dos honorários fixados na execução.

Publique-se.

Brasília, 12 de fevereiro de 2019.

**MINISTRO RAUL ARAÚJO**

Relator

